

Lajeado Energia S.A.
CNPJ/MF nº 03.460.864/0001-84



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)						(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO						PASSIVO					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	43.296	185.371	305.114	443.373	Fornecedores	18	18.537	22.253	11.893	12.733
Títulos a receber	6	651	707			Debêntures	19	738	154.339	738	154.339
Concessionárias	5	71.451	75.864	72.267	76.793	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20			9.435	10.393
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	4.491	3.167	12.720	6.141	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	8	136.314	128.096	136.314	128.096
Outros tributos compensáveis	8	10.711	8.617	22.854	18.296	Outros tributos a recolher	8	12.768	13.309	22.743	24.162
Dividendos a receber	11	25.378	27.840			Dividendos	11	222.943	227.830	235.146	240.944
Estoques	13			8.397	8.275	Benefícios pós-emprego	21			80	60
Prêmio de risco - GSF	12	2.701	2.702	2.749	2.750	Uso do bem público	22			8.274	8.003
Rendas a receber	7			3.703	3.402	Provisões	23			9.705	5.411
Outros créditos	14	6.548	3.637	7.475	4.466	Outras contas a pagar	14	10.094	5.954	13.501	9.475
Total do Ativo Circulante		165.227	307.905	435.279	563.496	Total do Passivo Circulante		401.394	551.781	447.829	593.616
Não circulante						Não circulante					
Títulos a receber	6	7.947	7.677			Debêntures	19	153.568	199.710	153.568	199.710
Prêmio de risco - GSF	12	8.780	11.481	8.936	11.685	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20			89.900	86.852
Outros créditos	14	685	686	5.847	2.972	PIS e COFINS diferidos	9	2	1	32	26
		17.412	19.844	14.783	14.657	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9	23.498	25.261	45.480	51.352
Investimentos	15	927.296	966.933			Benefícios pós-emprego	21			1.459	1.227
Imobilizado	16		689	892.898	921.361	Uso do bem público	22			60.633	62.887
Intangível	17	171.646	187.469	451.829	483.841	Provisões	23	904	1.519	33.293	19.924
		1.098.942	1.155.091	1.344.727	1.405.202	Outras contas a pagar	14	866	664	3.263	1.838
Total do Ativo Não circulante		1.116.354	1.174.935	1.359.510	1.419.859	Total do Passivo Não circulante		178.838	227.155	387.628	423.816
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	24.1	6.868	6.868	6.868	6.868	Capital social	24.1	6.868	6.868	6.868	6.868
Reservas de capital	24.3	579.203	579.203	579.203	579.203	Reservas de capital	24.3	579.203	579.203	579.203	579.203
Reservas de lucros	24.3	114.823	117.335	114.823	117.335	Reservas de lucros	24.3	114.823	117.335	114.823	117.335
Outros resultados abrangentes		455	498	455	498	Outros resultados abrangentes		455	498	455	498
Total do Patrimônio líquido		701.349	703.904	701.349	703.904	Total do Patrimônio líquido		701.349	703.904	701.349	703.904
Participações não controladores			257.983		262.019	Participações não controladores			257.983		262.019
Total do Patrimônio líquido e Participações dos acionistas não controladores		701.349	703.904	959.332	965.923	Total do Patrimônio líquido e Participações dos acionistas não controladores		701.349	703.904	959.332	965.923
TOTAL DO ATIVO		1.281.581	1.482.840	1.794.789	1.983.355	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.281.581	1.482.840	1.794.789	1.983.355
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas	25	722.610	747.889	773.718	808.943
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	26				
Custo do serviço de energia elétrica		(87.963)	(91.331)	(89.061)	(92.386)
Custo de operação		(109.629)	(135.645)	(71.290)	(63.730)
		(197.592)	(226.976)	(160.351)	(156.116)
Lucro bruto		525.018	520.913	613.367	652.827
Despesas e Receitas operacionais	26				
Despesas gerais e administrativas		(48.653)	(49.279)	(57.899)	(59.163)
Outras despesas e receitas operacionais		11	(1.356)	(178)	(4.214)
		(48.642)	(50.635)	(58.077)	(63.377)
Resultado das participações societárias	15	42.324	66.584		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		518.700	536.862	555.290	589.450
Resultado Financeiro	27				
Receitas financeiras		24.635	16.599	49.583	47.943
Despesas financeiras		(36.197)	(49.599)	(71.610)	(74.002)
		(11.562)	(33.000)	(22.027)	(26.059)
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		507.138	503.862	533.263	563.391
Tributos sobre o lucro	28				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(167.421)	(158.308)	(181.970)	(183.092)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.763	3.336	5.841	(6.782)
		(165.658)	(154.972)	(176.129)	(189.874)
Lucro líquido do exercício		341.480	348.890	357.134	373.517
Atribuível aos acionistas controladores		341.480	348.890	341.480	348.890
Atribuível aos acionistas não controladores				15.654	24.627
Resultado por ação atribuível aos acionistas	29				
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)					
ON		1,40913	1,43971	1,40913	1,43971
PNA		2,07985	2,12498	2,07985	2,12498
PNB		1,40913	1,43971	1,40913	1,43971
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Resultado líquido do exercício		341.480	348.890	357.134	373.517
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				(91)	59
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		(43)	28		
Imposto de renda e contribuição social diferidos				31	(21)
		(43)	28	(60)	38
Resultado abrangente do exercício		341.437	348.918	357.074	373.555
Atribuível aos acionistas controladores		341.437	348.918	341.437	348.918
Atribuível aos acionistas não controladores				15.637	24.637
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Geração do valor adicionado		830.588	851.127	897.212	925.672
Receita operacional		830.426	850.830	887.220	918.493
Receita relativa à construção de ativos próprios		162	238	9.868	7.112
Outras receitas			59	124	67
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(101.757)	(106.972)	(130.227)	(134.362)
Custos da energia comprada		(18.208)	(28.839)	(18.329)	(29.007)
Encargos de uso da rede elétrica		(78.689)	(71.774)	(79.777)	(72.767)
Materiais		(12)	22	(6.933)	(5.218)
Serviços de terceiros		(2.049)	(2.059)	(20.056)	(18.677)
Outros custos operacionais		(2.799)	(4.322)	(5.132)	(8.693)
Valor adicionado bruto		728.831	744.155	766.985	791.310
Retenções					
Depreciações e amortizações		(44.778)	(44.738)	(87.952)	(85.427)
Valor adicionado líquido produzido		684.053	699.417	679.033	705.883
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras		28.743	20.688	55.144	53.903
Resultado da equivalência patrimonial		42.324	66.584		
Valor adicionado total a distribuir		755.120	786.689	734.177	759.786
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		1.726	2.137	15.558	15.305
Benefícios		319	533	3.391	3.498
FGTS		168	109	1.159	1.202
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		255.100	236.509	284.786	291.404
Estaduais		2	1	326	496
Municipais				155	113
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		36.197	49.599	71.610	74.002
Aluguéis		120.128	148.911	58	249
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio		33.911	33.985	33.911	33.985
Participações dos não controladores				15.654	24.627
Dividendos		113.450	115.963	113.450	115.963
Partes beneficiárias		34.148	34.889	34.148	34.889
		595.149	622.636	574.206	595.733
Lucros retidos		159.971	164.053	159.971	164.053
		755.120	786.689	734.177	759.786
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		507.138	503.862	533.263	563.391
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Títulos a receber - variações monetárias e AVP		(1.567)	(1.106)		
Depreciações e amortizações		44.778	44.738	87.952	85.427
Encargos de dívidas, variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e AVP		34.965	49.418	58.319	69.228
Uso do bem público - atualização monetária e AVP				6.112	2.409
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		32	46	5.597	5.877
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				1.803	892
Resultado de participações societárias		(42.324)	(66.584)		
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		2.504	2.600	2.453	2.551
Amortização do prêmio de risco - GSF		2.702	2.702	2.702	2.702
Outros		(735)	(329)	(2.467)	(948)
		547.493	535.347	695.734	731.529
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Concessionárias		4.413	(1.749)	4.526	(1.561)
Outros tributos compensáveis		(26.349)	(26.917)	(36.295)	(46.044)
Rendas a receber				12.116	15.921
Outros ativos operacionais		(2.994)	(4.250)	(5.915)	(4.713)
		(24.930)	(32.916)	(25.568)	(36.397)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		(3.716)	(5.913)	(13.257)	(21.519)
Outros tributos a recolher		16.230	18.876	16.230	18.876
Provisões		(647)	994	(9.352)	(16.897)
Uso do bem público				(8.095)	(8.321)
Outros passivos operacionais		2.631	(1.930)	7.198	(1.922)
		14.498	12.027	(7.276)	(29.783)
Caixa proveniente das atividades operacionais		537.061	514.458	662.890	665.349
Imposto de renda e contribuição social pagos		(152.867)	(129.908)	(172.214)	(160.222)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		384.194	384.550	490.676	505.127
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos		51.175	61.463		
Adições ao Imobilizado e Intangível		(162)	(238)	(9.868)	(7.112)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento		51.013	61.225	(9.868)	(7.112)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Títulos recebidos		1.352	1.724		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(343.792)	(305.939)	(362.722)	(328.673)
Captação de empréstimos e financiamentos		(261)		(261)	
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(200.000)		(200.000)	
Pagamentos de encargos de dívidas		(34.446)	(49.807)	(55.711)	(75.203)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(135)	(292)	(373)	(420)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	31.1	(577.282)	(354.314)	(619.067)	(404.296)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(142.075)	91.461	(138.259)	93.719
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		43.296	185.371	305.114	443.373
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		185.371	93.910	443.373	349.654
		(142.075)	91.461	(138.259)	93.719

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Lajeado Energia S.A. (Companhia, Lajeado ou Controladora), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo - SP, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia detém 73% do capital votante e 62,39% do capital total da Investco S.A. (Investco ou controlada), sociedade anônima de capital aberto que tem como objeto principal, a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Companhia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado. O Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado tem prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2035, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5MWm, representando uma potência total instalada de 902,5MWm, uma potência assegurada de 823,3MWm e uma garantia física de 479,9MWm.

Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Lajeado de 15 de janeiro de 2033 para 22 de setembro de 2035 que representa um acréscimo de 980 dias.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de “Produtor Independente”, nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48MW e 2.877.660MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia deverão ressair os agentes de mercado com os quais têm compromissos. Foi aprovado o oitavo termo aditivo ao contrato de concessão, com objetivo de adequar a energia assegurada que passará a ser de 3.836.880MWh/ano, após a revisão da garantia física através da Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado entre as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 7), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Como a Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, a Companhia e as demais consorciadas são responsáveis pelo pagamento do arrendamento para a Investco. O contrato de concessão não está no alcance do CPC 06 (R2) e segue avaliado como um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Investco, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, treze parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$8.071, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$68.907 (R\$70.890 em 31 de dezembro de 2023). Em caso de falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.630/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras e consolidadas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e da controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que ambas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de sua controlada não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre suas capacidades de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia e de sua controlada em 25 de fevereiro de 2025.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 30.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial (Nota 21).

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercício subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quando à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos próximos períodos, referentes aos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da COEE (Nota 5); Determinação da receita com arrendamento (Notas 7 e 25); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.8); Arrendamentos e Aluguéis; Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 16 e 17); Provisões fiscais e cíveis (Nota 23.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 23.2) e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 30.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 15).

A Companhia controla a Investco e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras individuais.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- As datas das demonstrações financeiras da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

2.7 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de geração e comercialização da energia elétrica gerada pela UHE Lajeado por meio de contratos de médio e longo prazo e também junto à COEE. Tal segmento concentrou em 2024 90% (89% em 2023) da receita operacional bruta consolidada.

2.8 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis exceto para Concessionárias (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável nas controladas.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

2.9 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emittidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir.”

2.9.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não circulante; Passivos Não circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS 1 / IFRS 16	Pronuncia-mento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7 / IAS 12 / IFRS 7	Pronuncia-mento	01/01/2024
OCP 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade	O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciado a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das concessões e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileiras.	Não há	Orientação	01/01/2024
ICPC 19 - Tributos	Esta interpretação se refere a quando reconhecer uma obrigação de pagar tributo que é contabilizada conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	IFRIC 21	Interpreta-ção	01/01/2024
ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido. Requisitos de Custeio (<i>funding</i>) Mínimo e sua Interação	Esta Interpretação se aplica a todos os benefícios definidos pós-emprego e outros benefícios definidos de longo prazo aos empregados. Para a finalidade desta interpretação, os requisitos de custeio (<i>funding</i>) mínimo são quaisquer requisitos para custeio (<i>funding</i>) de plano de benefício definido pós-emprego ou outro de longo prazo.	IFRIC 14	Interpreta-ção	01/01/2024
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Pronunciamento, para apresentar as suas origens e razões conceituais. Além disso, foi atualizado o elenco de contas no modelo de DVA aplicável às companhias seguradoras, em função da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro.	Não há	Pronuncia-mento	01/03/2024
Revisão 26: CPC 32 e CPC 48	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.	IAS 12 / IFRS 9	Pronuncia-mento	01/07/2024

A Administração da Companhia e de sua controlada avaliaram os pronunciamentos acima e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.9.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21 / IFRS 1	Pronuncia-mento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronuncia-mento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronuncia-mento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpreta-ção	01/01/2025
OCP 10 - Créditos de Carbono (ICO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (ICO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtotais: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social.	IAS 1	Norma	01/01/2027

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e sua controlada estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Prorrogação do prazo de vencimento de Debêntures

Em junho de 2024, a Companhia prorrogou o vencimento da 5ª emissão de Debêntures, alterando a data de vencimento de 25/06/2024 para 15/06/2027, passando o custo da dívida de 1,05% do CDI a.a. para CDI +0,90% a.a. (Nota 19). Devido a renegociação houve a contabilização de uma perda no resultado financeiro (Nota 27) no valor de R\$3.779.

3.2 Resgate antecipado da 6ª Emissão de Debêntures

Em 19 de julho de 2024 a Companhia realizou o resgate antecipado de sua 6ª emissão de debêntures no valor de R\$204.830, incluindo o principal e os juros acumulados até a data do resgate (Nota 19).

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Bancos conta movimento		1.405	1.124	19.314
Aplicações financeiras				2.741
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.1	41.891	184.247	262.780
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	4.2			23.020
		41.891	184.247	285.800
Total		43.296	185.371	305.114

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 30.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia e de sua controlada são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

4.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

As aplicações financeiras em CDB estão remuneradas à taxa de 101,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas à taxa de 94,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	31/12/2023	Circulante	31/12/2023
31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	62.383	71.757	63.056	72.584
Energia de curto prazo	4.822	268	4.867	286
Encargos de uso da rede elétrica	4.003	3.709	4.101	3.793
Outros créditos	243	130	243	130
Total	71.451	75.864	72.267	76.793

Os saldos são totalmente vencedos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e da controlada.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia e sua controlada avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - COEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia e sua controlada não identificaram a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram inventivas e controláveis.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito está divulgada na nota 30.2.5.

	Controladora			
	Circulante	Não circulante		
31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"	6.1	651	707	16.868
(-) AVP - Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"				(8.921)
Total		651	707	7.947

6.1 Ações preferenciais das classes resgatáveis "A", "B" e "C"

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$12.779, onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Investco, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social (Nota 20.1).

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$8.598 (R\$8.384 em 31 de dezembro de 2023) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro receável por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para a Companhia, conforme determina o item 19 do CPC 39.

	Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023		
Paulista Lajeado	960			
CEB Lajeado	2.743	3.402		
	3.703	3.402		

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001 e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Investco arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Companhia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Investco, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Nota 1.1).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento, pois a operação da usina é de responsabilidade da Investco, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vencedos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Investco receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 3% a.a. corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo são projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício da rubrica de Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 25), é decorrente, substancialmente, da combinação de dois fatores: (i) redução do IPCA projetado para o exercício de 2024 em relação ao exercício anterior de 1,14 p.p.; e (ii) redução do coeficiente de ajuste do contrato de arrendamento entre os exercícios.

	Controladora						
	Nota	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Saldo em 31/12/2024
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar		3.167		664	25.855	(509)	4.491
Total Circulante		3.167	-	664	25.855	(509)	(24.686)
Outros tributos compensáveis							
PIS e COFINS		1.227	20.411	25		(959)	293
IRRF sobre aplicações financeiras		2.327	5.938				5.799
IRRF sobre juros s/ capital próprio		5.038	4.594			(5.038)	4.594
Outros		25	10				25
Total Circulante		8.617	30.943	25	-	(959)	10.711
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher		128.096	167.421		(127.012)		136.314
Total Circulante		128.096	167.421	-	(127.012)	-	(32.191)
Outros tributos a recolher							
PIS e COFINS		8.182	80.909		(59.592)	(1.468)	7.621
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		16	221	20	(216)		41
IRRF sobre juros s/ capital próprio	8.1	5.097	5.087		(5.097)		5.087
Encargos com pessoal		14	171		(166)		19
Total Circulante		13.309	86.388	20	(65.071)	(1.468)	(20.410)

Conforme requerido pelo CFC 32 - "Índices sobre o Lucro", a Companhia e sua controlada apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) são compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia ou sua controlada liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio
Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia e de sua controlada, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$12.990 no Consolidado, é relativo aos JSCP deliberados no exercício de 2024 da Companhia e sua controlada e será liquidado em janeiro de 2025.

9 Tributos diferidos

		Controladora		Consolidado	
		Passivo		Passivo	
		Não circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS		2	1	32	26
Imposto de renda e contribuição social	9.1	23.498	25.261	45.480	51.352
Total		23.500	25.262	45.512	51.378

9.1 Imposto de renda e contribuição social
São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

9.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Controladora		Consolidado	
		Ativo Não circulante	Passivo Não circulante	Resultado	
		31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
Diferenças temporárias					
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		2.161	2.152	9	11
Ações preferenciais resgatáveis	9.1.1.1	4.318	3.255	1.063	2.297
Direito de concessão - GSF			58.213	63.643	5.416
Arrendamentos - CPC 06 (R2)			270	234	(23)
Outras		131	348	5	(229)
Total Diferenças Temporárias		6.610	6.025	58.230	63.882
Crédito fiscal do ágio incorporado	9.1.1.2	28.122	32.596	(4.474)	(4.730)
Total bruto		34.732	38.621	58.230	63.882
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(34.732)	(38.621)	(34.732)	(38.621)
Total		-	-	23.498	25.261

10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 11), dos saldos a pagar e a receber relativos ao contrato de arrendamento da UHE Lajeado (Notas 7 e 18) e dos montantes a pagar e a receber relativos às ações preferenciais da classe "A", "B" e "C" da Investco (Notas 6 e 18), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentados como segue:

				Controladora						Receitas (Despesas)	
				Ativo		Passivo		Operacionais			
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	2024	2023		
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		
Concessionárias (Nota 5)											
Suprimento de energia elétrica											
EDP São Paulo	Controle comum	304,24	01/01/2008 a 31/12/2037	3	3					33	31
EDP São Paulo	Controle comum	306,89	01/01/2009 a 31/12/2038	20	18					151	144
EDP São Paulo	Controle comum	271,71	01/01/2009 a 31/12/2038	66	57					494	468
EDP Trading	Controle comum		01/03/2021 a 31/12/2024	9.411	9.645					101.006	120.833
EDP Espírito Santo	Controle comum	316,38	01/01/2008 a 31/12/2037	6	6					70	67
EDP Espírito Santo	Controle comum	305,39	01/01/2009 a 31/12/2038	13	14					127	121
EDP Espírito Santo	Controle comum	284,40	01/01/2009 a 31/12/2038	43	47					412	395
				9.562	9.790	-	-	-	-	102.293	122.059
Fornecedores (Nota 18)											
Arrendamento UHE Lajeado											
Investco	Controlada direta		15/01/1998 a 15/01/2033			10.011	12.417			(120.135)	(149.009)
Suprimento de energia elétrica											
EDP Trading	Controle comum		01/07/2024 a 30/09/2024							(16.026)	(3.995)
Uso do sistema de transmissão											
Mata Grande Transmissora	Controle comum (**)		01/11/2001 a 31/01/2033				2				
EDP Transmissão Aliança	Controle comum		04/01/2020 a 31/01/2033			60	52			(496)	(477)
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle comum		04/01/2020 a 31/01/2033			6	5			(64)	(57)
EDP Transmissão SP-MG	Controle comum (*)		01/01/2021 a 31/01/2033				56				
EDP Transmissão Norte	Controle comum		01/01/2021 a 31/01/2033			6				(32)	
EDP Goiás	Controle comum		01/11/2001 a 01/01/2033			31	28			(354)	(298)
				-	-	-	-	10.114	12.560	-	-
Outras contas a pagar (Nota 14)											
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2027							138	(1.566)
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 a 31/12/2026							14	(176)
EDP São Paulo	Controle comum		01/01/2021 a 31/12/2024							(3)	(3)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice (c) (***)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2028							714	(714)
				-	-	-	-	-	-	866	(2.459)
				9.562	9.790	-	-	10.114	12.560	866	(37.389)

				Consolidado										
				Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)		
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		
	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	
Concessionárias (Nota 5)														
Venda de energia elétrica														
Suprimento de energia elétrica														
	EDP São Paulo	Controle comum	304,24	01/01/2008 a 31/12/2037	3	3						33	31	
	EDP São Paulo	Controle comum	306,89	01/01/2009 a 31/12/2038	20	18						151	144	
	EDP São Paulo	Controle comum	271,71	01/01/2009 a 31/12/2038	66	57						494	468	
	EDP São Paulo	Controle comum	298,52	01/08/2002 a 15/12/2032	325	360						3.722	3.871	
	EDP Trading	Controle comum		01/03/2021 a 31/12/2024	9.411	9.645						101.006	120.833	
	EDP Espírito Santo	Controle comum	316,38	01/01/2008 a 31/12/2037	6	6						70	67	
	EDP Espírito Santo	Controle comum	305,39	01/01/2009 a 31/12/2038	13	14						127	121	
	EDP Espírito Santo	Controle comum	284,40	01/01/2009 a 31/12/2038	43	47						412	395	
Uso do sistema de transmissão														
	EDP São Paulo	Controle comum		01/08/2005 a 15/12/2032	37	31						376	343	
					9.924	10.181	-	-	-	-	-	106.391	126.273	
Rendas a Receber (Nota 7)														
Arrendamento UHE Lajeado														
	CEB Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	2.743	3.402						32.713	40.824	
	Paulista Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	960							11.720	14.289	
					3.703	3.402	-	-	-	-	-	44.433	55.113	
Fornecedores (Nota 18)														
Suprimento de energia elétrica														
	EDP Trading	Controle comum		01/07/2024 a 30/09/2024								(16.026)	(3.995)	
Uso do sistema de transmissão														
	Mata Grande Transmissora	Controle comum (**)		01/11/2001 a 31/01/2033					2			(8)	(19)	
	EDP Transmissão Aliança	Controle comum		04/01/2020 a 31/01/2033				61	53			(501)	(484)	
	EDP Transmissão Litoral Sul	Controle comum		04/01/2020 a 31/01/2033				6	5			(57)	(64)	
	EDP Transmissão SP-MG	Controle comum (*)		01/01/2021 a 31/01/2033					56			(108)	(549)	
	EDP Transmissão Norte	Controle comum		01/01/2021 a 31/01/2033				6				(32)		
	EDP Goiás	Controle comum		01/11/2001 a 01/01/2033				31	28			(358)	(302)	
					-	-	-	-	104	144	-	-	(17.097)	(5.406)

(*) Em 20 de fevereiro de 2024, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia EDP transmissão SP-MG, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.
(**) Em 07 de junho de 2024, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Mata Grande Transmissora e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.
As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.
As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota 32.2.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.
Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a atual sede da controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.
Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da anuência prévia da ANEEL. Tais contratos vigoram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitam de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.
Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc, compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

(d) Contrato de prestação de serviços: O contrato têm por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normalização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. Os contratos possuem vigência até 31 de dezembro de 2025.

10.1 Controladora direta e final
A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

10.2 Compromissos contratuais
A Companhia possui sete novos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) junto à EDP Trading (controlada da EDP - Energias do Brasil). Para 2025 a Companhia tem três contratos, totalizando 94,1MWm comercializados, com volumes que variam entre 13,3MWm e 50MWm, durante o período de janeiro a dezembro. Para 2026, a Companhia possui dois contratos de 40MWm cada, durante o período de janeiro a dezembro. Para 2027, há dois contratos de 40MWm cada, durante o período de janeiro a dezembro. Todos os contratos são atualizados anualmente pelo IPCA.

10.3 Remuneração dos administradores

	2024			2023		
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Total
Remuneração (a)	367	114	481	369	172	541
Benefícios de curto prazo (b)	-	-	-	2	2	-
Total	367	114	481	371	172	543

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

11 Dividendos - Ativos e Passivos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os dividendos a receber são registrados como ativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, em consonância com a prática contábil do passivo anteriormente descrita.
Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Para a JSCP a receber, são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.
Dividendos do exercício
Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 29 de abril de 2024, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 como constituição de partes beneficiárias, conforme acordo de acionistas da Companhia no valor de R\$348.890, como a destinação de JSCP no valor bruto de R\$33.985, sendo R\$28.887 líquido de imposto de renda, dividendos adicionais no valor de R\$256.570 e dividendos complementares no valor de R\$58.335. Os pagamentos das partes beneficiárias, dos Juros sobre Capital Próprio, dividendos complementares e adicionais foram pagos integralmente em 2

...continuação	Lajeado Energia S.A.
----------------	----------------------

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros créditos - Ativo									
Bens destinados à alienação/desativação									
Serviços em curso	14.1	6.510	3.576			6.768	3.729	430	482
Cauções e depósitos vinculados	14.2			604	573			5.336	2.377
Outros		38	61	81	113	707	737	81	113
Total		6.548	3.637	685	686	7.475	4.466	5.847	2.972
Outras contas a pagar - Passivo									
Arrecadação de terceiros e repassar									
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10			866				3.117	286
Arrendamentos e alugueis	14.3		128		664	66	344	58	1.551
Obrigações Sociais e Trabalhistas		257	170			2.973	2.934		
Encargos Setoriais	14.4	9.816	5.641			9.878	5.687		
Outros		21	15			584	510	88	1
Total		10.094	5.954	866	664	13.501	9.475	3.263	1.838

14.1 **Serviços em curso**
O saldo no Consolidado em 31 de dezembro de 2024 de R\$6.768 (R\$3.729 em 31 de dezembro de 2023) no Circulante e R\$430 (R\$482 em 31 de dezembro de 2023) no Não circulante refere-se, principalmente, a antecipação de P&D.

14.2 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	31/12/2023	Adição (Nota 14.2.1)	Atualização	Baixa	31/12/2024
Depósitos judiciais	23	2.377		206	(519)	5.336
Total Não Circulante		2.377	3.272	206	(519)	5.336

14.2.1 Adição

Do saldo de R\$3.272, R\$2.951 refere-se a adições de depósitos realizados na ação de cobrança proposta pela Construtora Pedra Grande, conforme nota 23.1.1.

14.3 Arrendamentos e Alugueis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e alugueis, conforme demonstrado abaixo:

Controladora e Consolidado						
	Saldo em 31/12/2023	Pagamentos	Transferências	AVP	Reversão (Nota 14.3.1)	Saldo em 31/12/2024
Circulante						
Edifícios	231	(282)	323		(272)	-
Veículos	113	(91)	44			66
Total	344	(373)	367	-	(272)	66
Não circulante						
Edifícios	1.469		(323)	(238)	(908)	-
Veículos	82		(44)	20		58
Total	1.551	-	(367)	(218)	(908)	58

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos supracitados arrendamentos e alugueis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Ano	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 31/12/2023	Pagamentos	Transferências	Reversão (Nota 14.3.1)
Circulante				
2025				
Total Circulante				
Não Circulante				
2026				
Total Não circulante				

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os exercícios previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Consolidado			
	Veículos		
	Valor	Taxas (%)	

Fluxos de caixa
Contraprestação do arrendamento
PIS/COFINS potencial (9,25%)

Os contratos de arrendamentos e alugueis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 16).

14.3.1 Reversão

A reversão é referente a transferência do contrato de locação da sede de São Paulo para sua controladora, devido a reestruturação do grupo EDP, mantendo o contrato só na locatária.

14.4 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Consolidado			
		Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2024
				Pagamentos	
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	14.4.1	3.244	6.907	(300)	6.318
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		2.235	21.801	(20.703)	3.333
Outros encargos		208	2.727	(2.708)	227
Total Circulante		5.687	31.435	(300)	9.878

14.4.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, geridos pela controlada, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, 30% serão destinados a Conta de desenvolvimento energético - CDE.

15 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Controladora, o investimento na Investco, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 73% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação cessará a partir da data em que a Companhia não mais obtiver o controle da investida.

15.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Nota	Controladora				% Participação direta		
		Saldo em 31/12/2023	Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos/JSCP	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2024	31/12/2023
Investimentos								
Investco		708.420		42.324	(53.193)	(43)	697.508	73,00
Direito de Concessão	15.1.1	258.513	(28.725)			(43)	229.788	73,00
Total		966.933	(28.725)	42.324	(53.193)	(43)	927.296	

15.1.1 Direito de Concessão

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPD 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Investco.

O ágio é baseado em rentabilidade futura, suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e está sendo amortizado linearmente, até dezembro de 2032, não gerando benefícios fiscais para a Companhia.

Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível (Nota 17).

15.2 Participação direta do investimento

	Investco	
	31/12/2024	31/12/2023
Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		
Ordinárias	293.608	293.608
Preferenciais	197.007	197.007
% de participação da Companhia		
Capital social integralizado	62,39	62,39
Capital votante	73,00	73,00
Ativos totais	1.254.703	1.257.578
Passivos (Circulantes e Não circulantes)	299.212	287.137
Patrimônio líquido	955.491	970.441
Receitas	160.130	196.280
Resultado líquido do exercício	57.978	91.211

15.3 Reconciliação das demonstrações financeiras do investimento

	Investco	
	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido - Saldo inicial	970.440	968.354
Distribuição de dividendos aos acionistas	(72.868)	(89.163)
Lucro líquido do exercício	57.978	91.211
Outros resultados abrangentes	(60)	38
Patrimônio líquido - Saldo final	955.490	970.440
Percentual de participação societária - %	73%	73%
Participação nos investimentos	697.508	708.420
Direito de concessão	229.788	258.513
Saldo contábil do investimento na Controladora	927.296	966.933

16 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria.

16.1 Composição do Imobilizado

	Controladora e Consolidado				31/12/2023			
	31/12/2024				31/12/2023			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		117.759		117.759		117.759		117.759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	697.232	(304.937)	392.295	2,00	697.232	(290.993)	406.239
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,23	336.468	(171.797)	164.671	1,47	336.468	(164.305)	172.163
Máquinas e equipamentos	3,14	441.524	(259.993)	181.531	3,47	440.348	(246.409)	193.939
Veículos	14,29	868	(681)	187	14,29	841	(627)	214
Móveis e utensílios	8,46	1.002	(436)	566	6,26	1.002	(351)	651
Total		1.594.853	(737.844)	857.009		1.593.650	(702.685)	890.965
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,22	529	(377)	152	1,91	529	(360)	169
Máquinas e equipamentos	2,61	16.682	(11.811)	4.871	1,16	17.609	(11.913)	5.696
Total		17.211	(12.188)	5.023		18.138	(12.273)	5.865
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,24	93	(46)	47	12,24	93	(34)	59
Máquinas e equipamentos	12,15	1.652	(1.216)	436	11,45	1.360	(1.136)	224
Veículos	14,29	1.001	(696)	305	14,29	1.001	(610)	391
Móveis e utensílios	8,70	1.009	(562)	447	5,57	1.067	(538)	529
Total		3.755	(2.520)	1.235		3.521	(2.318)	1.203
Total do Imobilizado em serviço		1.615.819	(752.552)	863.267		1.615.309	(717.276)	898.033
Ativos de direito de uso (Nota 16.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias		367	(367)	-	15,21	2.111	(792)	1.319
Veículos	20,00	255	(153)	102	20,00	255	(102)	153
Total Ativos de direito de uso		622	(520)	102		2.366	(894)	1.472
Imobilizado em curso								
Geração								
Terrenos (Nota 23.1.1.1)		11.124		11.124		11.124		11.124
Outros		17.348		17.348		9.909		9.909
Administração		1.057		1.057		823		823
Total do Imobilizado em curso		29.529	-	29.529		21.856	-	21.856
Total do Imobilizado		1.645.970	(753.072)	892.898		1.639.531	(718.170)	921.361

16.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

• **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

16.2 Movimentação do Imobilizado

	Nota	Controladora e Consolidado							Valor líquido em 31/12/2024
		Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos (Nota 16.2.1)	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Reversão (Nota 14.3.1)	
Imobilizado em serviço									
Terrenos		117.759							117.759
Reservatórios, barragens e adutoras		406.239			(13.944)				392.295
Edificações, obras civis e benfeitorias		172.391			(7.521)				164.870
Máquinas e equipamentos		199.859		1.469	(14.001)	(489)			186.838
Veículos		605		27	(140)				492
Móveis e utensílios		1.180			(167)				1.013
Total do Imobilizado em serviço		898.033	-	1.496	(35.773)	(489)	-	-	863.267
Ativos de direito de uso									
Edificações, obras civis e benfeitorias		1.319			(139)			(1.180)	-
Veículos		153			(51)				102
Total Ativos de direito de uso		1.472	-	-	(190)	-	-	(1.180)	102
Imobilizado em curso									
Máquinas e equipamentos		8.882	8.526	(1.496)			761		16.673
Adiantamento a fornecedores		850					(155)		695
Depósitos judiciais	23.1.1.1	11.124							11.124
Outros		1.000	706			(63)	(606)		1.037
Total do Imobilizado em curso		21.856	9.232	(1.496)	-	(63)	-	-	29.529
Total do Imobilizado		921.361	9.232	-	(35.963)	(552)	-	(1.180)	892.898

16.2.1 Ingressos

Os ingressos referem-se a gastos com aquis

...continuação	Lajeado Energia S.A.
----------------	----------------------

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19 Debêntures

19.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora e Consolidado					
										31/12/2024			31/12/2023		
										Encargos	Principal	Não	Encargos	Principal	Não
										Circulante	circulante	Total	Circulante	Circulante	Total
Moeda Nacional															
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	150.000	1	150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 15/06/2027	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 0,90% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	738	153.779	154.517	2.689	150.000	152.689
(-) Custos de emissão				(608)		21/06/2021 a 15/06/2027			Amortização mensal		(211)	(211)		(99)	(99)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	200.000	1	200.000	6ª emissão em 05/05/2022	05/05/2022 a 05/05/2025	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	-			1.749	200.000	201.749
(-) Custos de emissão				(631)		05/05/2022 a 05/05/2025			Amortização mensal			-		(290)	(290)
Total geral										738	153.568	154.306	4.438	149.901	354.049

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeiro na demonstração de fluxo de caixa. As debêntures não possuem garantias.

19.2 Movimentação das debêntures no exercício

	Controladora e Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Amortização do custo de transação	Transfe-rências	Renego-ciação
Circulante							
Debêntures							
Principal	150.000		(200.000)			50.000	-
Juros	4.438		(34.446)	30.746			738
Custo de transação	(99)				439	(340)	-
	154.339	-	(234.446)	30.746	439	49.660	-
Não circulante							
Debêntures							
Principal	200.000					(50.000)	3.779
Custo de transação	(290)						153.779
	199.710	(261)	-	-	-	(49.660)	153.568

19.3 Vencimento das parcelas

Controladora e Consolidado	
Vencimento	
Circulante	
2025	738
Não circulante	
2027	153.568
	154.306

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos. As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- Para todas as emissões:
 - (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
 - (ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
 - (iii) pedido de autoliquidação, liquidação, dissolução ou decretação de falência;
 - (iv) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
 - (v) transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (vi) não destinação, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 5 das escrituras e/ou utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão em atividades ilícitas e em desconformidade com as leis, regulamentos e normas relativas à proteção ao meio ambiente, ao direito do trabalho, segurança e saúde ocupacional, além de outras normas que lhe sejam aplicáveis em função de suas atividades;
 - (vii) rescisão, caducidade, encampação, intervenção, anulação, advento do termo final sem a devida prorrogação, ou qualquer outra forma de perda definitiva da Concessão; e
 - (viii) não observância, pela Companhia, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos).
- Específicas para a 5ª emissão:
 - (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia no mercado de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, (setenta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado;
 - (ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
 - (iii) intervenção ou interrupção das atividades da Companhia, por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis, (a) por revogação, suspensão ou extinção ou não renovação das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças (excluindo as ambientais necessárias para o período de suas atividades); ou (b) em decorrência de arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra medida judicial que implique perda da propriedade ou posse direta da totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia;
 - (iv) revelarem-se falsas, incorretas ou incompletas (nestes dois últimos casos, em seus aspectos relevantes), quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação àqueles relacionadas à Legislação Sociambiental e à Lei Anticorrupção, no momento em que foram prestadas;
 - (v) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$75.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;
 - (vi) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento; e
 - (vii) inadimplemento, pela Companhia, de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuntamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral.
- Específicas para a 6ª emissão:
 - (i) de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado; ou
 - (ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
 - (iii) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$100.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;
 - (iv) inadimplemento, pela Companhia, de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuntamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral.
 - (v) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no período de 31 de dezembro de 2024 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de debêntures.

20 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

20.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Característica	Forma de pagamento	Consolidado				31/12/2023			
		31/12/2024		31/12/2023		Encargos		Principal	
		Circulante	circulante	Circulante	Total	Circulante	circulante	Circulante	Total
Moeda nacional									
Ações recebíveis cumulativa	Ações preferenciais resgatáveis principal ao término da concessão "A", "B" e "C"	9.435	30.528	59.372	99.335	10.393	32.231	54.621	97.245
Total		9.435	30.528	59.372	99.335	10.393	32.231	54.621	97.245

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$144.556, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$99.335 (R\$97.245 em 31 de dezembro de 2023) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações. Devido as suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

20.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2024
	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros provisionados (Nota 20.2.1)	Transferências	Ajuste a valor presente	
Circulante						
Juros	10.393	(21.265)	15.969	4.338	-	9.435
	10.393	(21.265)	15.969	4.338	-	9.435
Não circulante						
Principal	54.621				4.751	59.372
Juros	32.231			(4.338)	2.635	30.528
	86.852	-	-	(4.338)	7.386	89.900

20.2.1 Juros provisionados

Referem-se aos dividendos complementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Investco, registrados em contrapartida da despesa financeira (Nota 27).

20.3 Vencimento das parcelas

Consolidado	
Circulante	
2025	9.435
Não circulante	
2026	9.042
2027	3.106
2028	2.857
2029	2.629
2030 até 2035	72.266
	89.900
Total	99.335

21 Benefícios pós-emprego

A Companhia e a controlada mantêm atualmente plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores na modalidade de Contribuição definida e a controlada Investco mantêm plano de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98 na modalidade de benefício definido.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Investco contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Investco reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data das demonstrações financeiras individuais, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no período em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

Consolidado	
Circulante	
31/12/2024	31/12/2023
80	60
80	60

21.1 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2024 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo atualizados no exercício:

	Consolidado	
	Nota	Valor presente das obrigações do plano
Saldos em 31 de dezembro de 2023		(1.287)
Custo do serviço corrente		(51)
Custo dos juros	27	(124)
Ganhos/perdas atuariais reconhecidos no PL		(91)
Contribuições pagas pela Companhia		14
Saldos em 31 de dezembro de 2024		(1.539)

21.2 Contribuição definida

A Companhia, sua controlada e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia e a controlada contribuíram no exercício com R\$341 (R\$244 em 2023).

Esses planos em 31 de dezembro de 2024 tem a adesão de 50 colaboradores (58 em 31 de dezembro de 2023).

22 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP, até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 17) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Investco na data da assinatura do contrato de concessão. Segue abaixo movimentação no exercício:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	Ajuste a Valor presente (Nota 27)	Encargos e atualizações monetárias (Nota 27)	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Circulante					
Uso do bem público	8.003	(10)	(5.817)	(8.095)	8.274
	8.003	(10)	(5.817)	(8.095)	8.274
Não circulante					
Uso do bem público	62.887	2.975	8.964	-	60.633
	62.887	2.975	8.964	-	60.633

23 Provisões

	Controladora		Consolidado			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Provisões cíveis e fiscais	23.1	904	1.519			13.368
Licenças ambientais	23.2			9.705	5.411	19.925
Total		904	1.519	9.705	5.411	33.293

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

23.1 Provisões cíveis e fiscais

A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio de assessores jurídicos.

23.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Nota	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	Nota	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Fiscais	23.1.1.2	497	26	523				
Outros		1.022	(636)	6		(11)	381	257
Total Não circulante		1.519	(636)	32		(11)	904	257

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Nota	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	Nota	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Cíveis	23.1.1.1	7.447	1.372	(822)	(41)	4.129	12.085	247
Fiscais	23.1.1.2	497	26	523		257		
Outros		1.402	220	(742)	(126)	6	760	
Total Não circulante		9.346	1.592	(1.564)	(167)	4.161	13.368	504

O valor total referente às garantias de provisões prováveis na controlada é de R\$5 em 31 de dezembro de 2024, não há saldo para 31 de dezembro de 2023.

23.1.1.1 Cíveis

</

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, está demonstrada a seguir:								
	Quantidade de ações		Quantidade de ações		Quantidade de ações		Quantidade Total de ações	% Participação total
	"ON"	Participação	"PNA"	Participação	"PNB"	Participação		
EDP - Energias do Brasil	113.690.038	100,00%			8.278.231	100,00%	113.690.038	55,86%
Governo do Estado de Tocantins							8.278.231	4,07%
Centrais Elétricas Brasileiras								
- Eletrobras			81.549.616	100,00%			81.549.616	40,07%
Outros	3	0,00%	4	0,00%			7	0,00%
Total	113.690.041	100,00%	81.549.620	100,00%	8.278.231	100,00%	203.517.892	100,00%
A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.								

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

24.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		341.480	348.890
		341.480	348.890
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	11	33.911	33.985
Dividendos complementares	11	113.450	115.963
Partes beneficiárias	24.3.1	34.148	34.889
Lucro do exercício a deliberar	24.3	159.971	164.053
		341.480	348.890
Dividendos por ação PNA - JSCP		0,10481	0,10481
Dividendos por ação PNB - JSCP		0,11738	0,11738
Dividendos por ação ON - JSCP		0,11738	0,11738
Dividendos intermediários PNA		0,37426	0,37426
Dividendos intermediários PNB		0,52046	0,52046
Dividendos intermediários ON		0,52046	0,52046

De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" têm as seguintes vantagens:

- (i) As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e
- (ii) As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:

- prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R\$748; e
- recebimento de dividendo adicional, quando e no montante que o dividendo pago às ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferenciais classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".

O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobras prevê: (i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; e (ii) garantia de rendimento à Eletrobras equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos.

24.3 Reservas

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Reservas de capital			
Partes beneficiárias	24.3.1	451.376	451.376
Ágio na incorporação de sociedade controladora	24.3.2	127.827	127.827
		579.203	579.203
Reservas de lucros			
Legal		1.373	1.372
Dividendo adicional proposto	24.3.3	113.450	115.963
Total		114.823	117.335
		694.026	696.538

24.3.1 Partes beneficiárias

A Companhia, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Eletrobras.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Companhia (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Companhia até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.

O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial.

Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Companhia entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido.

24.3.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio Líquido da Companhia na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado (Nota 17.2.3.1).

24.3.3 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$115.963 foi distribuído como dividendos (Nota 11) conforme deliberação da AGO realizada em 29 de abril de 2024.

24.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, na controlada Investco, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

		Controladora		Controladora	
		Saldo em	Equivalência	Saldo em	
		31/12/2023	patrimonial	31/12/2024	
Ganhos e (Perdas) atuariais: Benefícios pós-emprego da controlada	498	(43)		455	
	498	(43)		455	

25 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e sua controlada, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e sua controlada são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e sua controlada reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia e sua controlada poderão vender a energia produzida na UHE Lajeado em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.
- **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e reconhecida em base mensal conforme os contratos de arrendamento.

		Controladora				Consolidado			
		MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Suprimento de energia elétrica	Nota	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Energia de curto prazo	25.1	2.766.187	2.919.800	766.590	799.735	2.801.006	2.954.487	777.459	810.978
Arrendamentos e aluguéis	25.2	99.326	14.732	17.420	8.733	103.182	18.383	17.816	9.050
Outras receitas operacionais				46.416	42.362		44.433	55.113	51.118
Receita operacional bruta		2.865.513	2.934.532	830.426	850.830	2.904.188	2.972.870	887.220	918.493
(-) Deduções à receita operacional									
Tributos sobre a receita				(76.814)	(78.707)		(82.067)	(84.967)	(81.181)
PIS/COFINS				(6.809)	(7.091)		(6.907)	(7.203)	(7.494)
P&D									
Compensação Financeira pela									
Utilização de Recursos Hídricos									
- CPURH				(21.503)	(14.671)		(21.801)	(14.874)	(11.512)
Outros encargos				(2.690)	(2.472)		(2.727)	(2.506)	(2.350)
		-	-	(107.816)	(102.941)	-	(113.502)	(109.550)	(105.048)
Receitas		2.865.513	2.934.532	722.610	747.889	2.904.188	2.972.870	773.718	808.943

25.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício deve-se ao encerramento de contratos em 2023. Além disso, os contratos que estão vigentes estão sendo valorizados a um preço médio mais alto devido ao reajuste dos mesmos.

25.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se a dois fatores: (i) O aumento das sobras de energia comercializadas junto à CCEE em 2024 quando comparado ao exercício de 2023, devido ao encerramento de contratos de venda no ano de 2023 e de sazonalização do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE de garantia física dos anos em questão; e (ii) No exercício de 2024 o curto prazo era valorado à PLD de R\$ 128/MWh na média anual quando comparado ao exercício de 2023 que era de R\$72/MWh.

26 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e da controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		Controladora				Consolidado			
		Custo do serviço		Despesas Operacionais		Custo do serviço		Despesas Operacionais	
		Nota	2024	2023	2024	2023	Nota	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda	26.1		16.241		16.241			16.241	
Encargos de uso da rede elétrica			71.410		71.410			71.410	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	26.2			544					2.485
Material				12				12	
Serviços de terceiros	26.3			1.885				1.885	
Depreciação - Ativos de direito de uso				68				68	
Amortização				44.710				44.710	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					(11)			(11)	
Arrendamentos e aluguéis				109.016				109.016	
Outras		312	1	105				418	
Total		87.963	109.629	48.653	(11)	246.234			

		Controladora				Consolidado			
		Custo do serviço		Despesas Operacionais		Custo do serviço		Despesas Operacionais	
		Nota	2024	2023	2024	2023	Nota	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda	26.1		25.925		25.925			25.925	
Encargos de uso da rede elétrica			65.135		65.135			65.135	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	26.2			396	2.771				3.167
Material				2	(24)				(22)
Serviços de terceiros	26.3			46	1.774				1.820
Depreciação - Ativos de direito de uso				72				72	
Amortização					44.666			44.666	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				135.127	1.415			1.415	
Arrendamentos e aluguéis				2				2	
Outras		271		92	(59)			306	
Total		91.331	135.645	49.279	1.356	277.611			

		Consolidado				Consolidado			
		Custo do serviço		Despesas Operacionais		Custo do serviço		Despesas Operacionais	
		Nota	2024	2023	2024	2023	Nota	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda	26.1		16.346		16.346			16.346	
Encargos de uso da rede elétrica			72.398		72.398			72.398	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	26.2			17.336	5.382				22.718
Material				1.344	103				1.447
Serviços de terceiros	26.3			8.188	6.724				14.912
Depreciação - Imobilizado em serviço				35.406	97				35.503
Depreciação - Ativos de direito de uso				184					184
Amortização				7.102	45.163				52.265
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas									301
Arrendamentos e aluguéis				59					59
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(123)				(123)
Outras		317	1.671	430	2.418				2.418
Total		89.061	71.290	57.899	178	218.428			

		Consolidado				Consolidado			
		Custo do serviço		Despesas Operacionais		Custo do serviço		Despesas Operacionais	
		Nota	2024	2023	2024	2023	Nota	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda	26.1		26.074		26.074			26.074	
Encargos de uso da rede elétrica			66.037		66.037			66.037	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	26.2			15.337	6.252				21.589
Material				111	(24)				87
Serviços de terceiros	26.3			7.410	6.829				14.239
Depreciação - Imobilizado em serviço				35.787					35.787
Depreciação - Ativos de direito de uso				222					222
Amortização				4.337	45.081				49.418
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					4.279				4.279
Arrendamentos e aluguéis				248					248
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(6)				(6)
Outras		275	278	1.025	(59)				1.519
Total		92.386	63.730	59.163	4.214	219.493			

26.1 Energia elétrica comprada para revenda

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Contratos de compra de energia por quantidade	26.1.1	21.748	3.995	21.748	3.995
Energia de curto prazo	26.1.2	30.889	28.784	31.614	29.034
Outros		952	1.758	976	1.786
(-) Ressarcimentos CCEE	26.1.2	(35.693)	(5.969)	(36.326)	(6.083)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(1.655)	(2.643)	(1.666)	(2.658)
Total		16.241	25.295	16.346	26.074

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

[illegible]